

HABEAS CORPUS Nº 570.371 - RS (2020/0079035-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FERNANDO FONTES CORREA
ADVOGADO : FERNANDO FONTES CORREA - RS079819
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : FAGNER OLIVEIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

FAGNER OLIVEIRA DOS SANTOS alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no HC n. 2020/523.501-9.

Nesta Corte, a defesa requer, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva do réu, na demanda que lhe imputa a prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, 244-B, § 2º, da Lei n. 8.068/1990, e 2º, § 2º, I, da Lei n. 12.850/2013, em concurso material, pela **custódia domiciliar humanitária**. Sustenta o impetrante que o acusado sofre de hepatite C e de ferimentos severos na região genital, fatos que, segundo afirma, "colocam o paciente no grupo de risco de contaminação e óbito pelo Covid-19" (fl. 5).

Pugna, ainda, pela **extensão do benefício** de segregação domiciliar, outrora **concedido em favor da corré** Kimberly Selister Teixeira. Salienta que o paciente, assim como a coacusada, também não praticou atos de violência contra a vítima, porquanto "ele encontrava-se (e encontra-se) preso há anos, em regime fechado, no sistema prisional, sendo, por isso, denunciado como suposto **mandante do delito**" (fl. 6).

Decido.

De plano, verifico que o pedido **não comporta conhecimento, por ser contrário à jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal**. Se não, vejamos.

De acordo com o explicitado na Constituição da República (art. 105, I, "c"), não compete a esta Corte de Justiça conhecer de habeas

corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical, a manifesta violação ilegal do direito à liberdade do acusado.**

Tenho dito, em diversas impetrações dirigidas a este Tribunal Superior e, por coerência, novamente o digo, que, a despeito da altivez e grandeza do habeas corpus, como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não convém obviar as regras de competência estabelecidas na Constituição da República, antecipando provocação das altas Cortes do país para o exame de decisões de primeiro grau, ainda não submetidas ao controle de colegiado de tribunal estadual (ou regional federal), **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, e independentemente do tirocínio de cada julgador, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor do enunciado n. **691 da Súmula do STF** (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não é saudável para a higidez do sistema de justiça criminal que, **salvo hipóteses excepcionais**, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

O referido impeditivo do enunciado n. 691 é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a ilegalidade é tão flagrante de modo a não escapar à pronta percepção do julgador, **o que não ocorre na espécie.**

No caso em comento, noto que o Desembargador da Corte estadual "não vislumbrou, *prima facie*, a ocorrência de constrangimento ilegal capaz de justificar a concessão da liminar" (fl. 22). Em seguida, transcreveu o decreto preventivo e, quanto ao pleito de custódia domiciliar, concluiu (fl. 24):

A decisão hostilizada está devidamente fundamentada, apontando a necessidade da prisão preventiva, para garantia da ordem pública, motivo pelo qual, por ora, vai

mantida.

Por outro lado, cumpre salientar que a Recomendação nº 62 do CNJ não implica na concessão automática de liberdade, cabendo ao Magistrado analisar o caso concreto.

Não identifico **evidente coação ilegal** ou **mácula patente** no *decisum* monocrático, que possa ensejar a intervenção imediata e prematura deste Superior Tribunal.

De mais a mais, observo que a Juíza singular, ao decretar o cárcere preventivo, destacou a **gravidade concreta** dos atos supostamente praticados por **membros de organização criminosa**. O réu conjecturadamente agiu como o **mandante do homicídio** ali salientado, por meio de determinação exarada de **dentro do estabelecimento prisional** (fls. 13-17).

A Magistrada motivou a prisão preventiva, ainda, com o **risco de reiteração delituosa**, à vista do **histórico criminal do ora paciente e de seus comparsas**, desta forma (fl. 15, destaquei):

FAGNER OLIVEIRA DOS SANTOS registra condenações por tráfico e porte de arma, bem como outro processo por delito contra a vida, onde foi pronunciado; responde, juntamente com DIOGO DUTRA CACHOEIRA e FILIPE MEDEIROS CEZAR SALDANHA, outros cinco processos de competência do Júri [...], este ainda juntamente com ROBSON DA SILVA, FÁBIO ALEXANDRE CARDOSO e JOÃO VALCIR CARDOSO); juntamente com ALEX COSTA DE VARGAS responde o feito de n. [...] , também de competência do Júri [...]

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, constato que tais circunstâncias são **bastantes**, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a manutenção da constrição provisória do acusado. Confira-se:

[...] 2. Caso em que **o acusado**, na qualidade de líder de **organização criminosa** responsável pelo **tráfico de drogas** na região, **teria ordenado, de dentro do presídio, o homicídio da vítima em razão de uma dívida referente à aquisição de entorpecentes**, tendo esta sido encurralada em sua própria residência por outros

2 (dois) corréus, que contra ela efetuaram diversos disparos de arma de fogo à queima-roupa, atingindo-a na cabeça e no pescoço.

3. O fato de o agravante **estar cumprindo pena em razão de condenação pela prática de outro crime de homicídio** revela a **propensão à prática criminosa** e bem demonstra a sua **efetiva periculosidade social** e a **real possibilidade** de que, solto, **volte a cometer infrações penais**, já que o caso em comento não se trata de fato isolado em sua vida. Precedentes.

4. Se as instâncias de origem concluíram que a prisão preventiva é imprescindível, resta clara a **insuficiência das medidas cautelares diversas**, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal a bem da ordem pública, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para reprimir as atividades ilícitas desenvolvidas pelo paciente.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC N. 544.072/PE, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 16/12/2019, grifei.)

[...] 2. São **idôneos os motivos** exarados para decretar a custódia provisória, pois evidenciam a **gravidade concreta da conduta** perpetrada – **mandante de homicídio qualificado motivado** por questões relacionadas à **disputa pelo comando do tráfico de drogas** na região – e o **risco de reiteração delitiva**, visto que **o acusado já estava preso pela suposta prática de outras condutas ilícitas**, circunstâncias **suficientes**, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, **para justificar a custódia provisória**.

3. A adoção de **medidas cautelares diversas não é adequada** na hipótese, diante da **gravidade da conduta** em tese perpetrada (art. 282, II, do Código de Processo Penal), a denotar a **particular periculosidade** do recorrente. [...]

(RHC n. 119.755/CE, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 6/12/2019, destaquei.)

Além disso, a orientação deste Superior Tribunal é firme em assinalar que "se justifica a decretação de prisão de **membros de organização criminosa** como forma de **interromper as atividades** do grupo" (RHC n. 70.101/MS, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 5/10/2016, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

Posto isso, sob análise não aprofundada – típica da apreciação da liminar –, não identifico constrangimento ilegal na segregação de réu, apontado como quem **determinou fosse cometido o delito contra a vida investigado, por diretriz vinda do interior do presídio, a comparsas da associação delituosa de que supostamente faz parte.**

No que toca à pretendida extensão da ordem, **não constato, de plano, similitude das circunstâncias de caráter objetivo** entre as partes. Além de a **acusada Kimberly Selister Teixeira** estar **grávida** – portanto, **amparada pela Lei n. 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância)** e pelo julgado do **Supremo Tribunal Federal, no HC n. 143.641/SP (DJe 9/10/2018)**, diferentemente, pois, do réu –, cuja **"participação [na empreitada criminosa] cingiu-se a atrair a vítima para o local do crime, o que, a despeito da importância para o arremate da ação, não configura o ato de maior gravidade dentre todos aqueles descritos na peça acusatória"** (fl. 1.961 do **RHC-122.041/RS**, destaquei). Ao revés, o acusado, em análise superficial, supostamente figurou como o **mandante do homicídio qualificado.**

Tal cenário indica, em análise superficial, que os réus não possuem identidade de circunstâncias objetivas, a ponto de, precipitadamente, se estender ao paciente deste *mandamus* o benefício concedido à denunciada em comento no RHC-122.041/RS (DJe 19/3/2020).

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro o writ liminarmente.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**